

DIFERENCIAIS DE RENDA FAMILIAR NA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UM ESTUDO DE CASO*

João Policarpo Rodrigues Lima

Resumo: Na discussão sobre as tendências evolutivas do setor agrícola no Brasil, um espaço importante foi destinado ao debate sobre a intensificação das relações capitalistas no campo. Ao lado da proletarianização da força de trabalho rural, porém, coloca-se como um ponto importante a permanência e reprodução de relações pré-capitalistas, como a parceria, o que já motivou vários trabalhos sobre o tema. Nesse trabalho, o autor pretende mostrar que, em certos casos, as relações de parceria podem aparecer como mais vantajosas, em termos de renda auferida, relativamente ao pequeno proprietário (microproprietário, melhor dizendo). Um levantamento efetuado em 1973 nas cidades de Caicó e Florânia (RN) mostra que o trabalhador rural compõe sua renda recorrendo ao assalariamento, juntamente com as atividades agrícolas próprias e/ou em parceria. Os resultados da pesquisa levam a concluir, surpreendentemente, por uma renda familiar dos parceiros superior à dos pequenos proprietários, o que pode resultar das maiores restrições enfrentadas pelos microproprietários, por exemplo, quanto ao acesso ao crédito de custeio, fertilidade e localização de seus pequenos pedaços de terra, etc. Essas e outras considerações mostram que, às vezes, a parceria pode ser mais vantajosa, em termos de um fluxo anual de renda. O pequeno proprietário sofre mais fortemente as pressões da estrutura fundiária, em vista da própria dinâmica do capitalismo, bem como do tratamento diferenciado do setor público, donde resultam estratégias de sobrevivência que intercalam o assalariamento com a produção própria e/ou em parceria.

INTRODUÇÃO

A pequena produção agrícola vem tendo seu estudo intensificado nos últimos anos e, no Brasil, a literatura econômica que trata do assunto já conta com inúmeras contribuições que buscam aclarar e explorar o tema em suas várias faces. É este um assunto controverso, contudo. Apesar deste acúmulo de publicações, restam ainda inúmeros pontos onde surgem divergên-

* Trabalho apresentado na 32a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Rio de Janeiro, 1980.

cias, que podem advir desde a interpretação dos processos históricos até a dos próprios critérios de análise.¹

Existem, porém, algumas interpretações que parecem já consolidadas e que suscitam pouca discussão. A explicação da sobrevivência e mesmo recriação da pequena produção, por exemplo, pode ser buscada em Marx,² que mostra a lógica da pequena produção, diferenciada que é da lógica do grande empreendimento capitalista. Este necessita remunerar seus fatores de produção de forma completa, ou seja, gerando pagamentos aos assalariados, aos proprietários da terra e ainda ao dono do capital. O pequeno proprietário ou o parceiro (mesmo trabalhando na grande propriedade) basta-se com a sua subsistência, não tendo como imperiosa a necessidade de gerar em seu empreendimento nem a renda da terra nem os lucros do capitalista. Sendo assim, pode produzir os bens que não interessam ao grande empreendimento, desde que a remuneração daí advinda garanta pelo menos a subsistência da unidade familiar. Assim, fica entendido o espaço existente para a pequena produção, embora reste ainda para ser discutida a possibilidade de permanência deste espaço a um prazo mais longo, à medida que o capitalismo vai intensificando sua penetração no setor agrícola. Nesse caso, é possível que pouco a pouco a grande produção, aproveitando-se dos avanços tecnológicos,³ que conduzem a aumentos de produtividade, venha a deslocar a pequena produção mesmo nos produtos onde os preços historicamente são pouco compensadores e que, por isso, são produzidos preponderantemente pelos pequenos proprietários e/ou parceiros nas “roças” de subsistência.⁴

No Brasil, a pequena produção, enquanto não é atingido esse estágio, encarrega-se de, ao mesmo tempo em que busca a reprodução e sobrevivência das famílias rurais de baixa renda, abastecer os centros urbanos da maior parte dos alimentos básicos aí consumidos.

¹ Ver, por exemplo, Wanderley, M. de Nazaré B. “Algumas Reflexões sobre o Camponato do Nordeste: conceito e realidade”, em *Ciência e Cultura*, 29(5), pp. 537-544.

² Marx, K., *El Capital*, Fondo de Cultura Económica, México, 1975. Vol. III.

³ Parece claro que a intensificação do componente tecnológico é mais factível para o grande empreendimento, tanto pela necessidade de acumulação prévia, quanto pelos maiores riscos envolvidos no processo de adoção de novas técnicas produtivas, tendo a grande propriedade maior capacidade financeira de absorção de possíveis frustrações.

⁴ Segundo o INCRA, mais da metade da população brasileira de feijão, milho e mandioca, provém de propriedades com menos de 50ha. (Ver INCRA, *Estatísticas Cadastrais*, 1974).

Aliás, antes de prosseguir, vale a pena definir que, aqui, se entende por pequena produção as atividades produtivas de bens de subsistência, desenvolvidas por pequenos proprietários ou ainda pelos parceiros de uma maneira geral, tanto nos pequenos quanto nos médios e grandes estabelecimentos.

Em que pese à essa definição, parece importante destacar também que a pequena produção, dedicando-se aos produtos que, por sua baixa lucratividade, são desprezados pela grande produção tipicamente capitalista, não deixa de gerar um sobretrabalho que é apropriado via renda da terra ou via capital comercial.

O propósito aqui não é ir mais a fundo na exploração desse fato, bem como de um outro citado logo a seguir. A importância dos mesmos obriga, no entanto, a não omiti-los. A pequena produção tem ainda uma função importante no cenário agrícola brasileiro, por ajudar a reter no campo pelo menos uma parte do excedente populacional, amortecendo o êxodo rural. Ao mesmo tempo canaliza, em vista da pressão sobre as pequenas propriedades, o trabalho excedente para o grande empreendimento, que assim pode manter a níveis reduzidos os salários rurais, uma vez que parte bastante significativa da subsistência do trabalhador fica a cargo deste e de sua família através da pequena exploração.⁵

Em meio ao estudo da pequena produção, sobressai-se um item que se insere no seu seio, mas que também contempla o universo mais amplo da discussão sobre as tendências organizativas da agricultura brasileira. Trata-se da reprodução e mesmo da recriação da parceria como relação de produção, juntamente com a propagação de relações de trabalho tipicamente capitalistas.

Na literatura econômica, que trata do tema, são encontrados vários exemplos de recorrência à parceria, tanto no Nordeste como também no resto do Brasil, tanto nas culturas de subsistência quanto em culturas comerciais. Como pode ser visto, por exemplo, nos trabalhos de Antunias⁶ e Loureiro.⁷

⁵ Ver EIAP/FGV, *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira; Síntese das Transformações*, Binagri Edições, 1979, p. 86.

⁶ Antunias, M.H., "Multiplicidade Tecnológica: a organização do trabalho em rizicultura do Estado de São Paulo". *Cadernos 1a. Série*, CERN, São Paulo, out. 1975.

⁷ Loureiro, M.R.G., *Parceria e Capitalismo*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

Em meio a tão estudada e discutida “penetração do capitalismo no campo”, a sobrevivência de relações pré-capitalistas parece aparentemente contraditória. No entanto, vários autores demonstram a ocorrência de reforço, ou mesmo recriação, da parceria com base nos interesses do capital. Assim, são levantadas explicações razoáveis, diga-se, que mostram a parceria, possibilitando ao grande empreendimento um maior usufruto da mão-de-obra disponível através dos ganhos de produtividade que proporcionam, em relação ao assalariamento. Isto porque para o parceiro há um maior interesse em trabalhar com mais afinco, já que assim poderá ganhar um pouco mais, quando da realização da colheita. Sendo assim, utiliza toda a mão-de-obra familiar disponível para gerar a renda que vai ao proprietário, na qual “vai embutido o sobretrabalho da família, que simultaneamente intensificou a produção para o proprietário e para sua auto-subsistência”.⁸

Além disso, com a parceria surge a oportunidade de redução de riscos, em vista de menores pagamentos com trabalhadores nas diversas fases do processo produtivo. Um outro aspecto também relevante é a preocupação do grande empreendimento em fixar a mão-de-obra nas regiões onde existe alguma escassez, bem como de reduzir os custos com a previdência social.⁹

Esses elementos, mesmo que não expliquem todos os casos, constituem a estrutura básica que ajuda a entender a sobrevivência e mesmo o ressurgimento da parceria.

Em meio a essas “explorações” acerca da pequena produção, surge um ponto importante que não nos parece ainda suficientemente explorado. Trata-se da verificação de possíveis diferenciações entre o parceiro e o pequeno proprietário. *A priori*, poder-se-ia esperar que o pequeno proprietário, em sendo possuidor de todo o controle sobre o processo de produção e detendo a posse da terra, o que o desobriga do pagamento de qualquer tipo de renda, subsista em condições menos difíceis do que aquele.

A verificação de tal raciocínio, no entanto, apesar de aparentemente lógico, requer um mergulho mais profundo nas condições de trabalho enfrentadas por esses dois agentes produtivos. As evidências que se apresentam a seguir indicam ser necessária alguma cautela com respeito à provável superioridade do pequeno produtor, quanto ao nível de renda auferido, em relação ao parceiro. Para que se entenda melhor a questão, faz-se necessário um maior

⁸ EIAP/FGV, Op. cit., p. 84.

⁹ Conforme M.A/C.F.P., *Pobreza no Brasil: Caracterização do Problema e Recomendações de Política*, Coleção Análise e Pesquisa, Vol. 16, 1979, p. 72.

conhecimento das dificuldades enfrentadas pela pequena produção e das técnicas de sobrevivência desenvolvidas, o que será feito nas seções seguintes.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A FONTE E O TRATAMENTO DOS DADOS

Para ilustrar com informações quantitativas este trabalho, recorreu-se aos resultados de uma pesquisa levada a efeito no Rio Grande do Norte em 1974, a qual objetivava melhorar o conhecimento das características e condições de sobrevivência das famílias rurais de baixa renda.¹⁰

Referida pesquisa não foi empreendida em condições ideais quanto à amostra escolhida, a qual pautou-se pela intencionalidade, sendo entrevistadas apenas famílias rurais de baixa renda.¹¹ Foram realizadas 55 entrevistas na cidade de Caicó e 37 na cidade de Florânia. Aqui se fará referência aos dados de Caicó, por permitirem observar com maior clareza a diferenciação entre parceiros e pequenos proprietários. Sabe-se das limitações dos dados a serem apresentados por conta das deficiências do tratamento amostral, porém mesmo assim aceita-se que os mesmos têm um mínimo de validade.

A abordagem metodológica dos dados orientou-se no sentido de separar as famílias em três estratos, segundo a origem da renda. No estrato 1 foram incluídas as famílias com renda proveniente em 70% ou mais da agricultura própria e/ou em parceria; no estrato 3 ficaram as famílias cuja renda era formada em 70% ou mais por atividades não-agrícolas próprias; e finalmente no estrato 2 foram localizadas as demais famílias.

Antes de prosseguir, vale a pena definir que foi considerado como renda agrícola apenas a renda (monetária e em espécie) proveniente da produção em terra própria e/ou em parceria. A renda não-agrícola, neste caso, inclui o trabalho assalariado, artesanato, coleta, comércio, transferências privadas e oficiais e um item "outras atividades" (pequenos serviços domésticos, transporte e aluguel). Em ambas foi computado o autoconsumo a partir dos preços de venda declarados nos questionários, deduzindo-se os diversos itens de des-

¹⁰ O levantamento foi feito pelo Banco Mundial, que empreendia na época uma pesquisa mais abrangente sobre o setor agrícola do Nordeste, sendo os dados colhidos relativos ao ano de 1973.

¹¹ Para maiores informações sobre o processo de amostragem, Lima, J. Policarpo R., *Ocupação e Renda de Famílias Rurais: Um Estudo de Caso de Pobreza*, Série Dissertações, CME/PIMES, 1977.

pesa correspondentes aos de renda para obter a receita líquida por atividade.¹²

3. A PEQUENA PROPRIEDADE E A PARCERIA EM CONTRASTE

Alguns resultados empíricos serão agora considerados para ajudar ao entendimento das condições de vida dessas famílias rurais de baixa renda. Em primeiro lugar, é importante situar o nível de renda anual médio de cada família. A renda familiar média mensal (monetária + espécie) situou-se em torno de 1,7 salário mínimo. Esse fato, longe de representar um nível de subsistência superior ao do trabalhador urbano, que ganha salário mínimo, tem um significado exatamente oposto. Isso porque são abstraídas desse valor as vantagens trabalhistas (férias, 13º salário, etc.) e, principalmente, porque é de 4 pessoas a média de ocupação por família, o que, mesmo considerando a inclusão de velhos e crianças nessa média, facilmente demonstra que a renda por pessoa ocupada era bem inferior ao salário mínimo da época.

TABELA 1

Renda "Per Capita" Anual Segundo os Estratos e Atividades (1973)

Caicó – RN

Estratos	1		2		3	
Atividades	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Renda agrícola	779	82,2	415	48,0	96	17,5
Trabalho assalariado	38	4,1	182	21,1	179	35,1
Coleta	45	4,8	35	4,1	22	4,4
Artesanato	28	3,0	34	4,0	45	9,0
Comércio	13	1,5	23	2,7	3	0,7
Transferências	32	3,4	74	8,6	64	12,7
Transferências oficiais	12	1,3	74	8,6	101	19,8
Outras atividades	—2	—0,3	24	2,8	4	0,8
TOTAL	945		861		514	

¹² Para maiores esclarecimentos acerca do tratamento metodológico, ver Lima, J. Policarpo R., *Op. cit.*

Observando, na tabela 1, os dados da renda "per capita" anual gerada em cada estrato,¹³ observa-se que a renda agrícola participa com 82% da renda do estrato 1, com 48% da do estrato 2 e com 17,5% da do estrato 3. Em compensação o trabalho assalariado cresce de importância do estrato 1 (4,1%) para o 3 (35,1%), o mesmo acontecendo com as transferências oficiais (1,3% para 19,8%). Em que pese a essas diferentes participações do trabalho assalariado e das transferências, a renda "per capita" do estrato 1 é superior à do estrato 2 e à do estrato 3 em 8,8% e 45,6%, respectivamente. Esse fato parece indicar que a atividade agrícola própria é mais vantajosa em relação às demais, pois a ela deve-se a "superioridade" das famílias do estrato 1 quanto à renda auferida.

Os dados relativos aos rendimentos por si sós não conduzem a conclusões seguras acerca das características familiares, em vista da possibilidade de diferir a dedicação de tempo por atividade em cada um dos estratos. Assim, antes de buscar interpretar mais a fundo a estrutura de composição da renda das famílias em estudo, faz-se necessária a comparação da remuneração obtida por atividade em cada estrato com o tempo dedicado a cada uma delas.

Os resultados do cruzamento entre a renda e o respectivo tempo dedicado a cada atividade são apresentados a seguir (tabela 2). Antes, é preciso esclarecer que alguns questionários da amostra se apresentaram inconsistentes, o que levou a eliminar cerca de 18 questionários, ficando a amostra, portanto, com um total de 37 famílias.

TABELA 2
Remuneração Horária por Ocupação Segundo os Estratos (1973)
Caicó – RN

Ocupação (+)	Estrato			Total
	1	2	3	
1. Agricultura	0,76	0,56	0,23	0,54
2. Trabalho assalariado	0,50	0,52	0,70	0,61
3. Artesanato	0,44	1,12	0,14	0,43

(+) Não foram cruzados os demais itens por falta de expressividade ou por não conterem tempo de trabalho (caso das transferências).

¹³ A utilização da renda "per capita" não traz grandes distorções pelo valor reduzido do coeficiente de Gini para a distribuição de renda, que é de 0,37 e permite comparar valores absolutos.

A partir dos dados das tabelas 1 e 2, já se pode ter uma maior segurança em definir a superioridade da agricultura própria em termos de rendimentos "per capita". Essa afirmação é feita a despeito de os dados indiquem, para o total da amostra um valor médio superior para o trabalho assalariado e aparecer no estrato 2 o artesanato com uma relação renda/tempo de 1,12, que é bem superior a todas as demais.

Para tentar esclarecer a aparente contradição, seria preciso demonstrar de início que, na média geral, a agricultura própria aparece com um valor menor que o trabalho assalariado, pelo desempenho "atípico" das famílias do estrato 3, que, por sua vez, também afetou positivamente o valor da relação para o trabalho assalariado.¹⁴ Quanto ao artesanato, a discrepância entre as famílias do estrato 2 e as demais é tão grande, que se preferem pensar em possíveis falhas na coleta dos dados, ou mesmo em informações não-fidedignas, com respeito ao tempo destinado a essa atividade. É ainda possível que esse valor resulte do desempenho de algumas famílias que desenvolviam essa atividade de forma diferenciada das demais, dentre os itens computados como artesanato. Foram eles: a confecção de artigos de palha e barro, bem como atividades semi-industriais, como produção de carvão e trabalhos de marcenaria.

Parece mais interessante explorar em maiores detalhes as discrepâncias da remuneração da agricultura própria. Esse procedimento permite incluir na discussão a condição das famílias, ou seja, poder-se-á aqui confrontar o desempenho dos pequenos proprietários frente aos parceiros, que é, de resto, a maior preocupação neste trabalho.

Na tabela 3, pode-se visualizar uma maior concentração de parceiros nos estratos 1 e 2 e de pequenos proprietários no estrato 3. Outro aspecto interessante é a maior tendência do pequeno proprietário em recorrer ao trabalho assalariado, quando há justaposição de categorias, ao invés da parceria. Esse fato pode ser entendido como uma busca por uma maior flexibilidade na alocação do tempo de trabalho adicional, bem como pela necessidade de complementar a renda monetária. Nesse aspecto também os parceiros, diga-se, procuram no assalariamento a renda monetária mínima para garantir a sobrevivência.

¹⁴ No estrato 3, são encontrados funcionários públicos, o que garante um fluxo de recebimentos contínuo e um maior número de diaristas, os quais, supõe-se, são geralmente contratados no pico da demanda por mão-de-obra, quando os salários devem sofrer algum acréscimo.

TABELA 3

Distribuição das Famílias por Estrato Segundo as Categorias Ocupacionais

Caicó – RN

Estratos	1	2	3
	Nº Fam.	Nº Fam.	Nº Fam.
Pequeno proprietário	2	1	4
Parceiro	3	—	—
Assalariado	—	—	2
Pequeno proprietário/parceiro	—	—	—
Pequeno proprietário/assalariado	—	—	4
Parceiro/assalariado	6	11	4
TOTAL	11	12	14

Acontece que, para o pequeno proprietário, talvez seja mais atrativo procurar o trabalho assalariado, por não implicar em compromissos fixos para com o proprietário empregador, o que poderia opor obstáculos à exploração de sua própria terra.

A observação das tabelas 2 e 3 parece conduzir a uma constatação surpreendente: o diferencial de renda da agricultura própria (que é maior nos estratos 1 e 2) muito provavelmente é explicado pela maior concentração de parceiros nesses estratos em oposição aos pequenos proprietários, que são bem mais freqüentes no estrato 3.

Essa constatação, caso verdadeira, pode levar à conclusão da superioridade da parceria, em termos de geração de renda, sobre a pequena produção em terra própria. Em que pese às deficiências do desenho amostral, que limitam o processo de indução, podem-se adicionar alguns elementos à análise, que tornam a conclusão acima menos difícil de ser aceita.

Na verdade, existem alguns elementos que levam a acreditar não ser tão absurda a idéia de um maior fluxo de renda para os parceiros. As condições de produção do pequeno produtor, pelo menos no nível de massas, são, em alguns aspectos, inferiores às do parceiro. Em primeiro lugar, o parceiro

muito provavelmente tem à sua disposição maiores opções de escolha de terras melhores nas grandes propriedades, o que não acontece com os pequenos proprietários, que se limitam ao pouco que possuem, ou seja, não têm como escolher. Por outro lado, os parceiros de alguma forma defrontam-se com menor risco, uma vez que podem, teoricamente, dedicar-se mais à atividade agrícola sem dispersar muito a utilização do tempo de trabalho familiar, em vista de terem o patrão para financiar o mínimo de necessidades alimentares. Tal não ocorre com os pequenos proprietários, que precisam diversificar as atividades, em vista do risco inerente à pequena agricultura e da necessidade de renda monetária para transpor o período que vai da preparação do solo à colheita.

Uma outra possibilidade, é o fato de a grande propriedade dispor de vantagens em relação à pequena, no que diz respeito a maior possibilidade de acumulação, o que pode levar à existência de benfeitorias, como açudes ou quaisquer outras que facilitem o processo produtivo e incrementem a produtividade dos parceiros.

Para esta última suposição, não se dispõe de dados, porém, para as anteriores, existem elementos que, de alguma forma, lhes servem de suporte.¹⁵

Os dados relativos aos empréstimos recebidos pelas famílias (Tabela 4) mostram que, nos estratos 1 e 2, o patrão é a principal fonte de empréstimos, se se abstrair no estrato 1 a participação do Banco do Brasil, que atendeu uma única família. No estrato 3 há uma maior diversificação dos credores e um valor médio recebido por família um pouco inferior em mais de três vezes ao do estrato 1. Assim, parece provável que haja uma maior facilidade de crédito entre os parceiros, o que possibilita maior dedicação às culturas e menor diversificação de atividades. Esse fato talvez explique também a maior média de utilização da terra disponível, que nos estratos 1 e 2 é de 3,51 e 3,03ha, enquanto no estrato 3 não passa de 1,78ha.¹⁶

¹⁵ A pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira" encontrou para o Vale do Ribeira (SP) um nível superior de renda entre os parceiros, embora para as regiões de Campo das Vertentes (MG), Zona da Mata (MG) e Canindé (CE) os resultados se invertissem. Ver MA/CEP, op. cit., pp. 77-80.

¹⁶ Conforme Lima, J.P.R., Sampaio, Y. e Vergolino, T.B., *Emprego, Renda e Miséria no Nordeste Rural*, CME/PIMES/UFPE, Série Pesquisas, nº 8, Recife, 1978.

TABELA 4
Empréstimos Segundo as Fontes por Estratos (1973)
Caicó – RN

Estratos	1	2	3
Credor	%	%	%
Banco do Brasil	40,6 (+)	—	23,64(++)
Patrão	47,6	78,38	25,50
Comerciante	0,9	15,23	28,88
Parente	5,5	0,69	13,54
Outros	5,4	5,70	8,44
Valor médio por família (Cr\$)	1.388,70	437,70	423,00

(+) Recebido por uma família.

(+ +) Recebido por duas famílias.

Por outro lado, a utilização do crédito recebido é um outro aspecto que contribui para ajudar a entender as diferentes condições de produção suportadas pelos parceiros e pequenos proprietários. Separando as famílias da amostra segundo as categorias ocupacionais, constatou-se que os pequenos proprietários isolados destinam mais de 80% dos empréstimos à agricultura, enquanto os parceiros investem aí apenas cerca de 20%, alocando o restante em alimentação, ou seja, os pequenos proprietários sacrificam-se mais para sustentar a produção agrícola, talvez às custas de menos alimento.

O pequeno proprietário enfrenta, pelo que foi visto, condições mais adversas em termos de financiamento, em vista da dificuldade de conseguir crédito bancário e da sua própria aversão ao risco, pois suas limitações patrimoniais não suportam, por exemplo, uma frustração de safra tendo compromissos bancários para saldar. É preciso porém que se faça aqui uma importante ressalva: o pequeno produtor, apesar de enfrentar condições relativamente piores, reluta em se submeter à parceria, procurando ao longo da vida “engordar” seu patrimônio (por menor que seja), o que, a um prazo mais longo, talvez lhe garanta um retorno maior. O parceiro pode ter um fluxo de renda superior quando flagrado através de análises seccionais, porém a inexistência de propriedade da terra não lhe permite vislumbrar nenhuma possibilidade de acumulação e avanço na sua qualidade de vida. A propriedade da terra representa ainda uma poupança forçada e uma alternativa para superar adversidades adicionais.¹⁷ Seguindo essa linha de raciocínio, deve

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 73.

ser considerado ainda que, para o parceiro, é bem mais difícil a possibilidade de criar animais, o que para o pequeno proprietário se apresenta como uma forma de reserva de valor e de melhores perspectivas a um prazo mais longo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas considerações feitas nas secções anteriores, percebe-se que as famílias rurais de baixa renda se inserem num quadro complexo onde vários fatores como, por exemplo, a posse da terra e sua irregular distribuição, bem como as próprias condições de produção, em termos de capital de giro, e do número de pessoas disponíveis para trabalhar, atingem as várias famílias de forma diferenciada. Estas, para garantir a sobrevivência, são colocadas diante da contingência de recorrer a estratégias que passam pela exploração da terra própria e pela busca da parceria, quando a terra própria não existe, bem como pela recorrência às “ocupações acessórias”, de que fala Kautsky.¹⁸ que no caso seriam o trabalho assalariado e o artesanato.

Impressiona, no caso aqui estudado, que se supõe ilustrativo da pequena produção do Nordeste semi-árido, onde predomina a agricultura de subsistência e o algodão é a cultura comercial, que o limite de reprodução da força de trabalho esteja, para o pequeno proprietário, ocorrendo com tamanhos de propriedade em geral superiores às áreas trabalhadas pelos parceiros. Em outras palavras, a recorrência às atividades “acessórias”, segundo Kautsky, deveria se dar a partir do ponto em que o tamanho da pequena propriedade não suporta a reprodução da força de trabalho familiar, em vista do processo de fracionamento por que passa a pequena produção. Ocorre que as condições suportadas pelo pequeno proprietário parecem adversas ao ponto de este deixar ociosa parte de suas terras, mesmo que seja de qualidade inferior, enquanto os parceiros parecem aproveitar sua área disponível de forma mais intensa. A deficiência de capital de giro e a aversão ao risco talvez expliquem o comportamento do pequeno proprietário, que procura resistir até onde pode, trabalhando sua própria terra, mesmo comercializando parte da força de trabalho familiar.

O processo de capitalização da agricultura tem, na pequena propriedade, um importante suporte como repositório de mão-de-obra, porém a sobrevivência da parceria indica, no mínimo, alguma dificuldade enfrentada pelo grande capital em se expandir de forma plena pelo Nordeste semi-árido rural. A sugestão de um fluxo de renda superior para os parceiros pode talvez

¹⁸ Kautsky, K., *A Questão Agrária*, Ed. Portucalense.

ser um indício da existência de escassez de mão-de-obra que pode estar de alguma forma reduzindo o poder de barganha do grande proprietário. Esse fato liga-se também às contradições do complexo latifúndio-minifúndio, onde se observa uma piora nas condições de produção dos minifundiários e subsequente êxodo rural, reduzindo assim o excedente de mão-de-obra (que poderia ajudar a manter ainda mais reduzido os salários no meio rural) e induzindo a grande propriedade a recorrer à parceria. Por outro lado, é também possível que, em vista da própria inserção da produção agrícola da zona semi-árida do Nordeste em condições desfavoráveis, em termos da evolução dos preços relativos de seus principais produtos, a grande produção veja no parceiro um instrumento de "suavização" dos riscos, bem como uma forma de assegurar uma maior produtividade relativamente à que obteria, caso recorresse ao assalariamento.¹⁹

Essa última possibilidade é, inclusive, levantada por Wanderley,²⁰ que afirma: "Uma vez assegurada a propriedade fundiária, são as condições imediatas do mercado que determinarão as formas concretas de extorsão do sobretrabalho". Assim, dependendo da conjuntura, o grande empreendimento molda sua forma de atuação na busca pelo sobretrabalho, seja de renda fundiária (caso utilize a parceria), seja sob a forma de mais valia (caso recorra ao trabalho assalariado).²¹ Em meio aos movimentos conjunturais, os parceiros e pequenos proprietários sofrem as conseqüências das mudanças em suas condições de vida e lançam mão das técnicas de sobrevivência que aqui se tentou descrever.

De acordo com o exposto, é importante reafirmar que o chamado processo de penetração do capitalismo no setor agrícola brasileiro não pode ser analisado sob um único ângulo, pois apresenta peculiaridades diversas, de acordo com a região considerada. É sabido, mais vale a pena reforçar, que a heterogeneidade é característica ainda predominante nas várias atividades levadas a efeito pelo capitalismo brasileiro, mesmo no setor industrial. No setor agrícola, essa multiplicação de facetas e casos particulares é ainda mais intensa, embora não se possa deixar de admitir como capitalistas, em essência, a atual estrutura de ocupação e exploração do solo rural, bem como a tendência de avanço no sentido de capitalizar de forma plena as relações de trabalho no campo. Em meio a essa tendência, contudo, subsistem ocorrên-

¹⁹ Essas considerações não invalidam os comentários inicialmente feitos sobre a sobrevivência e recriação da parceria.

²⁰ Wanderley, M. de Nazaré Baudel, *Op. cit.*, p. 542.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 542.

cias de relações pré-capitalistas das mais diversas formas, que servem inclusive como reforço do capital e em seu proveito são praticadas.

Resta alertar, finalmente, que não faz parte dos objetivos desse trabalho tomar partido ou fazer apologia da parceria. A preocupação primordial foi mostrar resultados até certo ponto surpreendentes, na esperança de que os estudiosos do assunto venham a refletir sobre a abrangência e possibilidade de repetição do fato aqui abordado. Em nenhum momento pode ser esquecido que o nível de vida do trabalhador engajado na pequena produção agrícola no Brasil está condicionado, em última análise, por fatores estruturais (por exemplo: distribuição e uso da terra, atuação do Estado, etc.) e é sobre eles que devem ser feitas as propostas de mudanças no sentido do progresso nas condições de vida dessa população.

Abstract: In the discussion about the evolutionary tendencies of the agricultural sector in Brazil an important place was set to the discussion about the changes in the capitalistic relations in the rural areas. In addition to the proletarianization of the rural labor force, however, an important point emerges: the maintenance and reproduction of pre-capitalistic relations like the sharecropping, which has motivated various papers on the subject. In this paper, the author intends to demonstrate that, in certain cases, sharecropping relations can appear more advantageous, in terms of income earning per year to the sharecropper as compared to the small owner (micro-owner is a better way of saying it). A research accomplished in 1973 in the cities of Caicó and Florânia (RN) shows that the rural worker resorts to two sources of income: wage income and income earned on a self-employed basis in his own plot of land or in sharecropping. The results of the research allows one to conclude, surprisingly, that the family income of the sharecroppers is higher than the small owner's, something which can be a result of the conditions of production supported by the micro-owners, for example, with regard to the credit access, fertility and location of their small pieces of land, etc. This and other considerations show that, sometimes the sharecropping can be more interesting in terms of an annual flow of income. The small owner suffers greatly the pressures of the land proprietorship system, on account of capitalism's own dynamics and the public sector policy discriminatory treatment. As a result, survival techniques emerge from a system where the rural worker is involved both with wage earning and self-employment and/or sharecropping.

